

ANEXO II – A1
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS 2014 a 2016
(Art. 4º, § 1º, da LC nº 101/00)

R\$ 1.000,00

Especificação	2014			2015			2016		
	Valor Corrente (A)	Valor Constante (*)	% PIB (A/PIB) x 100	Valor Corrente (B)	Valor Constante (*)	% PIB (B/PIB) x 100	Valor Corrente (C)	Valor Constante (*)	% PIB (C/PIB) x 100
Receita Total	35.588.876	33.861.918	15,86	36.046.035	32.819.994	14,76	38.846.211	33.846.469	14,60
Receitas Primárias (I)	33.049.782	31.446.034	14,73	35.158.122	32.011.547	14,39	37.908.941	33.029.831	14,25
Despesa Total	35.588.876	33.861.918	15,86	36.046.035	32.819.994	14,76	38.846.211	33.846.469	14,60
Despesas Primárias (II)	33.736.198	32.099.142	15,04	34.011.182	30.967.256	13,92	36.812.517	32.074.524	13,84
Resultado Primário (III) = (I - II)	(686.416)	(653.108)	(0,31)	1.146.940	1.044.291	0,47	1.096.424	955.308	0,41
Resultado Nominal	1.303.977	521.851	0,58	(182.361)	(826.433)	(0,07)	(90.226)	(703.419)	(0,03)
Dívida Pública Consolidada	17.446.253	16.599.670	7,78	17.212.087	15.671.643	7,05	17.072.077	14.874.798	6,42
Dívida Consolidada Líquida	16.117.926	15.335.800	7,18	15.935.565	14.509.367	6,52	15.845.339	13.805.948	5,96
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)		0			0			0	
Despesas Primárias advindas de PPP (V)		285.847.548			310.452.548			310.452.548	
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV - V)		(285.847.548)			(310.452.548)			(310.452.548)	

Fonte: Seplan/SPO e Sefaz

(*) Preços médios esperados em 2013 com base na projeção do IGP-DI

As metas fiscais previstas para o período 2014-2016 demonstradas no quadro acima tiveram seus cálculos desenvolvidos conforme a metodologia descrita a seguir.

Memória e Metodologia de Cálculo da Receita 2014-2016

As receitas cujos valores serviram de referência para o estabelecimento das metas fiscais para o Governo da Bahia, no período de 2014 a 2016, foram estimadas utilizando-se, em grande parte, a mesma metodologia adotada em anos anteriores.

Para subsidiar as estimativas das receitas do Tesouro Estadual para este triênio, em especial daquelas chamadas de suporte de receita (impostos do Estado, incluindo os transferidos pela União, a Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico e os Royalties), adotou-se os procedimentos descritos detalhadamente a seguir:

I - Ajuste dos dados passados

A análise das receitas realizadas foi efetuada com base na série histórica do período de 2010 a 2012, observados os seguintes procedimentos:

- a) retirada do efeito variação de preços agregados para todos os anos, levando os valores a preços constantes;
- b) exclusão, se considerado necessário, dos registros atípicos que evidenciavam “picos” ou “vales” nos seus valores, explicados por fenômenos do tipo efeitos cumulativos de um ano para outro, mudanças transitórias de legislação, efeitos cíclicos não repetitivos para o período projetado, entre outros;
- c) manutenção de variações permanentes que pareciam mudar a tendência para cima ou para baixo, com relação aos anos recentes e que permaneceriam no horizonte futuro projetado;
- d) realização do processo de “alisamento” da série, retirando os fenômenos atípicos temporais e incluindo as variações permanentes, buscando-se um ajustamento de tendência através de modelos funcionais distintos, tais como, lineares, quadráticos, log-lineares e exponenciais, escolhendo aquele que resultasse na melhor aderência, ou seja, que apresentasse o maior coeficiente de determinação;
- e) inclusão de dados relativos ao Orçamento 2013, se verificado que os valores estavam dentro de um intervalo de confiança da tendência estimada para os anos anteriores. Caso extrapolasse o intervalo, explicado pelo erro estatístico, buscou-se examinar se os mesmos estariam relacionados a uma nova atipicidade ou a uma mudança de caráter permanente;
- f) verificação dos números realizados até o primeiro bimestre de 2013, integrando-os, ou não, através de processos de análise, na previsão para 2014-2015.

II - Inclusão de variáveis que afetam o comportamento futuro

a) Efeito PIB

Para as receitas que sofrem influência do PIB, admitiu-se uma elasticidade unitária, de forma que as mesmas capturaram toda variação do PIB. As estimativas do PIB estadual foram elaboradas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais - SEI, que levou em conta o cenário que a economia do Estado desenha nesse momento enquanto que, para o PIB Brasil, utilizou-se as estimativas contidas nos Relatórios do Banco Central do Brasil.

No caso do Estado da Bahia, considerou-se um crescimento real do PIB da ordem de 4,4% em 2014 e de 4,2% nos dois anos seguintes. Esta expectativa assenta-se nos resultados alcançados pela economia baiana em 2012 e na maturação dos investimentos estratégicos. Entretanto, levou-se em conta, também, os riscos advindos da volatilidade da conjuntura internacional, bem como as consequências da crise fiscal nos países da zona do euro. Deste modo, tendo em vista os princípios do equilíbrio fiscal e a gestão responsável das contas públicas, optou-se pelo cenário mais cauteloso.

b) Efeito Expectativa de Inflação

Como expectativa inflacionária para o período 2014-2016, adotou-se a variação na média esperada do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), extraída do Relatório do Banco Central do Brasil - BACEN.

Além destas variáveis, outras também foram consideradas para o cálculo das metas fiscais, conforme estão apresentadas no quadro a seguir.

Parâmetros Macroeconômicos.

Parâmetros	2014	2015	2016
IGP – DI (%)	5,1	4,5	4,5
IPCA (%)	5,6	5,3	4,8
INPC (%)	5,0	4,5	4,5
Selic (%)	8,5	8,0	8,0
PIB BR (%)	3,5	3,5	3,5
Câmbio (real/dólar em 31/12/2012)	2,10	1,90	2,00
Salário Mínimo (R\$ 1,00)	723,00	785,00	852,00
PIB Ba (crescimento % anual)	4,4	4,2	4,2
Agropecuária	12,0	4,3	4,2
Indústria	3,8	3,8	3,9
Serviços	3,6	4,4	4,5
Projeção do PIB Ba (R\$ milhares)	224.328.008,00	244.268.525,00	265.981.554,00

Fonte: Seplan/SEI, Seplan/SPO e BACEN

As receitas provenientes de transferências voluntárias da União foram incluídas no Sistema Informatizado de Planejamento - SIPLAN Integração diretamente pelos órgãos e entidades públicas estaduais competentes para a negociação e gestão dos recursos correspondentes. Esses valores informados, após serem discutidos e avaliados pelas Secretarias do Planejamento e da Fazenda, foram acatados ou revisados, de forma a garantir a adequação à respectiva série histórica. Este mesmo procedimento foi também adotado para as receitas próprias das entidades da Administração Indireta.

Com relação às receitas de operações de crédito, para o período 2014-2016, incluíram-se as já negociadas e autorizadas pelo Poder Legislativo, bem como aquelas em estudo ou em tramitação na esfera federal, levando-se em conta, em ambos os casos, o grau de endividamento do Estado, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101/00, das Resoluções pertinentes do Senado Federal e do Programa de Ajuste Fiscal firmado com o Governo Federal.

Para as demais receitas, observando-se as especificidades de cada item, aplicou-se um dos seguintes modelos de projeção: variação de preços, crescimento vegetativo, orçado do ano em execução corrigido, realizado do ano anterior corrigido, média de execução dos três últimos anos, dentre outros.

ANEXO II – A2
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
(Art. 4º, § 1º da LC nº 101/00)

Evolução Projetada do Estoque da Dívida - 2013 a 2016
(a preços correntes)

R\$ 1.000,00

Ano	Saldo Projetado			Ativo Financeiro Líquido	Dívida Consolidada Líquida
	Dívida Interna	Dívida Externa	Total		
2013	11.045.647	5.150.536	16.196.183	1.382.234	14.813.949
2014	11.803.738	5.642.515	17.446.253	1.328.327	16.117.926
2015	11.469.424	5.742.663	17.212.087	1.276.522	15.935.565
2016	11.159.521	5.912.556	17.072.077	1.226.738	15.845.339

Fonte: Sefaz / Saf / Depat / Gepub

Evolução Projetada do Estoque da Dívida - 2013 a 2016
(a preços médios esperados 2013) *

R\$ 1.000,00

Ano	Saldo Projetado			Ativo Financeiro Líquido	Dívida Consolidada Líquida
	Dívida Interna	Dívida Externa	Total		
2013	11.045.647	5.150.536	16.196.183	1.382.234	14.813.949
2014	11.230.959	5.368.711	16.599.670	1.263.870	15.335.800
2015	10.442.936	5.228.707	15.671.643	1.162.276	14.509.367
2016	9.723.223	5.151.574	14.874.798	1.068.849	13.805.948

Fonte: Sefaz / Saf / Depat / Gepub

* Corrigida pelo IGP-DI

ANEXO II – B
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
METAS ANUAIS
(Art. 4º, § 2º, inciso I da LC nº 101/00)

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais de 2012

A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF estabeleceu, em seu artigo 4º, § 2º, inciso I, que o Anexo de Metas Fiscais conterá, além do demonstrativo de metas anuais, a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.

As metas fiscais do Estado da Bahia para o exercício de 2012 foram originalmente estabelecidas através da Lei nº 12.222, de 18 de julho de 2011 (LDO), que dispôs sobre as diretrizes orçamentárias para aquele exercício. Mudanças no cenário macroeconômico levaram a Lei Orçamentária Anual (LOA) - Lei nº 12.503, de 29 de dezembro de 2011 a incorporar ajustes nas metas fiscais. Os parâmetros fixados na referida LOA são objeto dos comentários a seguir:

Resultado Fiscal

O Resultado Primário, no exercício de 2012, foi de R\$ 1.278.945 mil, 96,29% superior à meta original fixada na LDO, que foi de R\$ 651.558 mil. As receitas correntes alcançaram um total de R\$ 29.320.658 mil contra uma despesa corrente de R\$ 27.075.281 mil, resultando num superávit corrente de R\$ 2.245.377 mil.

Metas Fiscais
Exercício de 2012

Descrição	Previsão Atualizada (a)	Realizado (b)	R\$ 1.000,00
			Taxa de Realização % (b/a)
Receitas Fiscais	29.746.020	29.700.464	99,85
Despesas Fiscais	30.640.910	28.421.519	92,76
Resultado Primário	(894.890)	1.278.945	(142,92)
Resultado Nominal	123.985	1.699.462	1.370,70

Fonte: Sicof / Sefaz / Saf / Copaf

O Resultado Nominal mostra a variação da Dívida Fiscal Líquida entre dois períodos. Com relação ao exercício de 2011, a meta do resultado nominal indicava que a Dívida Consolidada Líquida poderia aumentar em até R\$ 123.985 mil. Entretanto, o resultado nominal realizado demonstra que houve um acréscimo do estoque desta dívida no montante de R\$ 1.699.462 mil.

Receita Total

A arrecadação total do Estado no exercício de 2012 atingiu o montante de R\$ 31.986.173 mil que, comparado ao valor previsto de R\$ 31.550.770 mil, correspondeu a 101,38% do estimado para o ano. A superação da arrecadação foi de 1,38%, provocada principalmente pelas receitas de capital, que tiveram uma taxa de realização de 127,94%. As receitas correntes, que decorrem principalmente dos impostos arrecadados diretamente pelo Estado, alcançaram o valor de R\$ 29.320.658 mil, correspondendo a 99,50% do valor orçado atualizado.

Execução Orçamentária da Receita Exercício de 2012

	R\$ 1.000,00		
Receitas	Previsão Atualizada (a)	Realizado (b)	Taxa de Realização % (b/a)
Receitas Correntes	29.467.282	29.320.658	99,50
Receita Tributária	16.047.516	15.864.324	98,86
<i>ICMS</i>	<i>13.809.506</i>	<i>13.495.293</i>	<i>97,72</i>
<i>Outras Tributárias</i>	<i>2.238.010</i>	<i>2.369.030</i>	<i>105,85</i>
Receita de Contribuições	1.623.916	1.809.252	111,41
Receita Patrimonial	866.250	909.101	104,95
Receita Agropecuária	1.922	221	11,52
Receita Industrial	224	91	40,67
Receita de Serviços	199.061	114.856	57,70
Transferências Correntes	10.818.810	11.028.726	101,94
<i>FPE</i>	<i>5.861.148</i>	<i>5.821.473</i>	<i>99,32</i>
<i>Transferências Multigovernamentais - Fundeb</i>	<i>2.376.499</i>	<i>2.534.542</i>	<i>106,65</i>
<i>Outras Transferências</i>	<i>2.581.163</i>	<i>2.672.711</i>	<i>103,55</i>
Outras Receitas Correntes	1.159.875	830.701	71,62
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	(3.197.636)	(3.277.814)	102,51
Receita Intraorçamentária Corrente	1.947.344	2.041.201	104,82
Receitas de Capital	2.083.488	2.665.514	127,94
Operações de Crédito	1.290.022	1.854.664	143,77
Alienação de Bens	123.520	14.435	11,69
Amortização de Empréstimos	104.341	99.205	95,08
Transferências de Capital	565.605	696.848	123,20
Outras Receitas de Capital	0	363	0,00
Total	31.550.770	31.986.173	101,38

Fonte: Sicof / Sefaz / Saf / Copaf

Contribuindo com a parcela mais significativa, as receitas tributárias em 2012 atingiram o montante de R\$ 15.864.324 mil, ou seja, 98,86% do valor previsto de R\$ 16.047.516 mil. O ICMS, principal item da receita estadual, apresentou uma arrecadação de R\$ 13.495.293 mil, equivalente a 97,72% do valor previsto para o exercício.

As transferências correntes, segunda maior fonte de receita do Estado, representadas principalmente pelas transferências constitucionais da União, figuraram, em seu conjunto, com um total realizado de 101,94% do previsto. Pode-se destacar, dentre as transferências correntes, o Fundo de Participação dos Estados – FPE, com uma realização total de R\$ 5.821.473 mil, situando-se 0,68% abaixo da previsão orçamentária, refletindo as desonerações determinadas pelo Governo Federal.

Nas receitas de capital, cuja realização total foi de R\$ 2.665.514 mil, equivalentes a 127,94% do previsto, a maior participação foi das operações de crédito, com realização de R\$ 1.854.664 mil, correspondendo a 143,77% do esperado, seguida das transferências de capital, que atingiram o montante de R\$ 696.848 mil, equivalente a 123,20% do previsto.

Despesa Total

A despesa realizada em 2012 totalizou R\$ 30.380.177 mil, correspondendo a 92,92% do previsto, considerando-se as dotações orçamentárias atualizadas. As despesas correntes representaram 89,12% e as despesas de capital 10,88% do total das despesas, sendo que as primeiras obtiveram uma realização mais destacada, alcançando 96,10% do previsto.

Execução Orçamentária da Despesa Exercício de 2012

R\$ 1.000,00			
Despesas	Dotação Atualizada (a)	Realizado (b)	Taxa de Realização % (b/a)
Despesas Correntes	28.172.791	27.075.281	96,10
Pessoal e Encargos	14.772.095	14.481.698	98,03
Juros e Encargos da Dívida	519.179	515.961	99,38
Outras Despesas Correntes	12.881.518	12.077.621	93,76
<i>Transferências Constitucionais aos Municípios</i>	3.911.933	3.850.325	98,43
<i>Outras Despesas Correntes</i>	8.969.585	8.227.296	91,72
Despesas de Capital	4.522.729	3.304.896	73,07
Investimentos	2.924.207	1.836.280	62,80
Inversões Financeiras	564.672	436.521	77,31
Amortização da Dívida	1.033.851	1.032.095	99,83
Reserva de Contingência	0	0	0,00
Total	32.695.521	30.380.177	92,92

Fonte: Sicof / Sefaz / Saf / Copaf

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece limites para os gastos com pessoal e para o grau de endividamento dos entes, comparativamente à Receita Corrente Líquida. A seguir são apresentados dados que evidenciam a situação do Estado da Bahia.

Despesa de Pessoal e Encargos Sociais

As despesas com pessoal e encargos sociais atingiram, no ano de 2012, o montante de R\$ 14.481.698 mil, correspondendo a 98,03% do valor orçado para o mesmo período. O quadro a seguir demonstra, por Poder, a relação do gasto de pessoal relativamente à Receita Corrente Líquida, com base na metodologia e limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, evidenciando que todos os Poderes permaneceram abaixo do limite máximo permitido.

Despesa de Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida Exercício de 2012

Poder	% Realizado	Limite Prudencial	Limite Legal
Executivo, inclusive Defensoria Pública	44,58	46,17	48,60
Legislativo	2,59	3,23	3,40
Judiciário	5,41	5,70	6,00
Ministério Público	1,49	1,90	2,00
Total	54,07	57,00	60,00

Fonte: Sicof / Sefaz / Saf / Copaf

Dívida Pública

A dívida consolidada do Estado da Bahia em 31.12.2012 registrou um montante de R\$ 13.474.098 mil, sendo R\$ 9.801.804 mil referentes à dívida interna e R\$ 3.672.293 mil correspondentes à dívida externa.

Dívida Consolidada Exercício de 2012

Tipo	Valor	R\$ 1.000,00
		%
Interna *	9.801.804	72,75
Externa	3.672.293	27,25
Total	13.474.098	100,00

Fonte: Sicof

* Incluído o valor de R\$ 2.125.522 mil relativo a precatórios (outras)

A relação entre a Dívida Consolidada Líquida - DCL e a Receita Corrente Líquida - RCL correspondeu a 0,49 em 2012. Essa relação não ultrapassou o limite fixado pelo Senado Federal de 2,00 vezes a RCL, conforme os dados em 31.12.2012.

Posição da Dívida Pública
Exercício de 2012

Item	Limite fixado	Situação atual
Relação Dívida Consolidada Líquida / RCL	2,0 vezes	0,49 vez
Operações de crédito realizadas no exercício / RCL	16,0%	8,58%
Garantias concedidas / RCL	22,0%	0,42%

Fonte: Sefaz / Copaf / Relatórios de Gestão Fiscal

A análise do resultado fiscal relativo ao exercício de 2012 demonstra o cumprimento das metas de gestão fiscal.

ANEXO II – C
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
METAS ANUAIS
(Art. 4º, § 2º, inciso II da LC nº 101/00)

R\$ 1.000,00

Especificação	Valores a Preços Correntes					
	2011	2012	2013*	2014	2015	2016
Receita Total	27.074.535	31.986.173	34.854.771	35.588.876	36.046.035	38.846.211
Receitas Primárias (I)	26.207.968	29.700.464	31.098.416	33.049.782	35.158.122	37.908.941
Despesa Total	27.139.530	30.380.177	34.886.052	35.588.876	36.046.035	38.846.211
Despesas Primárias (II)	25.393.872	28.421.520	33.131.715	33.736.198	34.011.182	36.812.517
Resultado Primário (I - II)	814.096	1.278.944	(2.033.299)	(686.416)	1.146.940	1.096.424
Resultado Nominal	(139.119)	1.699.462	4.196.599	1.303.977	(182.361)	(90.226)
Dívida Pública Consolidada	10.414.665	13.474.098	16.196.183	17.446.253	17.212.087	17.072.077
Dívida Consolidada Líquida	8.917.888	10.617.350	14.813.949	16.117.926	15.935.565	15.845.339

Especificação	Valores a Preços Constantes**					
	2011	2012	2013*	2014	2015	2016
Receita Total	30.716.490	34.241.198	34.854.771	33.861.918	32.819.994	33.846.469
Receitas Primárias (I)	29.733.356	31.794.347	31.098.416	31.446.034	32.011.547	33.029.831
Despesa Total	30.790.228	32.521.979	34.886.052	33.861.918	32.819.994	33.846.469
Despesas Primárias (II)	28.809.752	30.425.237	33.131.715	32.099.142	30.967.256	32.074.524
Resultado Primário (I - II)	923.605	1.369.110	(2.033.299)	(653.108)	1.044.291	955.308
Resultado Nominal	(1.033.466)	1.248.387	3.448.076	521.851	(826.433)	(703.419)
Dívida Pública Consolidada	11.815.603	14.424.022	16.196.183	16.599.670	15.671.643	14.874.798
Dívida Consolidada Líquida	10.117.486	11.365.873	14.813.949	15.335.800	14.509.367	13.805.948

Fonte: Seplan / Sefaz

* Orçado Atual - posição 28/02/2013

**Preços médios esperados para 2013 com base na projeção do IGP-DI

A metodologia de cálculo das metas fiscais previstas para o período 2014-2016 encontram-se descritas no Anexo II-A1.

ANEXO II – D1
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
METAS ANUAIS
(Art. 4º, § 2º, inciso III da LC nº 101/00)

Evolução do Patrimônio Líquido (preços correntes)

R\$ 1,00

Patrimônio Líquido	2012	%	2011	%	2010	%
Patrimônio/Capital	(104.538.814.986)	100	(52.507.326.284)	100	(47.276.059.243)	100
Reservas	0	0	0	0	0	0
Resultado Acumulado	0	0	0	0	0	0
Total	(104.538.814.986)	100	(52.507.326.284)	100	(47.276.059.243)	100

Regime Previdenciário

R\$ 1,00

Patrimônio Líquido	2012	%	2011	%	2010	%
Patrimônio/Capital	(108.909.007.599)	100	(57.013.561.324)	100	(50.333.719.414)	100
Reservas	0	0	0	0	0	0
Resultado Acumulado	0	0	0	0	0	0
Total	(108.909.007.599)	100	(57.013.561.324)	100	(50.333.719.414)	100

Fonte: Sicof / Sefaz / SAF / Copaf

ANEXO II – D2
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
METAS ANUAIS
(Art. 4º, § 2º, inciso III da LC nº 101/00)

R\$ 1,00

Discriminação	2012	2011	2010
Receita Realizada			
Receita de Capital – Alienação de Ativos (I)	14.435.070	8.339.188	12.662.975
Alienação de Bens Móveis	7.623.713	5.064.867	5.643.325
Alienação de Bens Imóveis	6.811.357	3.274.321	7.019.651
Despesa Executada			
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos (II)	7.016.096	4.391.632	5.024.613
Despesa de Capital	7.016.096	4.391.632	5.024.613
Investimentos	7.016.096	3.468.925	5.024.613
Inversões Financeiras	0	922.707	0
Amortização da Dívida	0	0	0
Despesa Corrente	0	0	0
Regime Geral de Previdência Social	0	0	0
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0	0	0
Saldo Financeiro a Aplicar			
No ano (III = I – II)	7.418.974	3.947.556	7.638.362
Até o ano (IV = III + saldo acumulado do ano anterior)	10.040.344	2.621.370	(1.326.186)

Fonte : Sicof / Sefaz / Saf / Copaf

Nota: O saldo financeiro acumulado de 2010 contempla o valor de R\$ 8.965 mil referente ao saldo dos exercícios anteriores.

ANEXO II – E
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014
AValiação DA SITUAÇÃO Financeira E Atuarial
METAS ANUAIS
(Art. 4º, § 2º, inciso IV da LC nº 101/00)

A Lei nº 10.955/07, que entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2008, criou na estrutura da Secretaria da Administração do Estado da Bahia a Superintendência de Previdência - SUPREV, com a finalidade de gerir, administrar e operacionalizar o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia, incluindo a arrecadação e gestão dos recursos e a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios previdenciários.

Com a citada Lei, o Fundo de Custeio da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia deixou de integrar a estrutura da Secretaria da Fazenda e passou para a Secretaria da Administração, sendo alterada a sua denominação para Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia, porém manteve a sigla FUNPREV. Também com o advento desta Lei foi criado outro fundo, o BAPREV - Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos do Estado da Bahia, sendo ambos administrados pela SUPREV.

Os fundos têm por finalidade reunir, arrecadar e capitalizar os recursos econômicos de qualquer natureza a serem utilizados no pagamento dos benefícios previdenciários dos servidores públicos estatutários, civis e militares, de quaisquer dos Poderes do Estado da Bahia, com participação contributiva do Estado como patrocinador e dos funcionários ativos, inativos e pensionistas como participantes.

De acordo com o art. 5º, combinado com o art. 4º e o art. 17 da reportada Lei, as receitas previstas para o BAPREV serão capitalizadas em uma conta exclusiva, a fim de que os seus recursos sejam destinados ao pagamento dos benefícios previdenciários dos servidores públicos estatutários, civis e militares, de quaisquer dos Poderes do Estado da Bahia, que ingressaram no serviço público a partir de 1º de janeiro de 2008.

Já o FUNPREV é constituído de duas contas, segundo o disposto no art. 7º, combinado com o art. 6º e o art. 17 da citada Lei:

- 1) uma conta para o pagamento dos benefícios previdenciários dos servidores públicos estatutários, civis e militares, de quaisquer dos Poderes do Estado da Bahia, ingressos no serviço público até 31 de dezembro de 2007, incluindo seus dependentes, ficando o Governo do Estado encarregado de repassar os recursos para a cobertura do déficit previdenciário; e
- 2) uma segunda conta capitalizada, que receberá 2% da contribuição patronal e a receita decorrente da compensação financeira entre regimes de previdência, notadamente os valores repassados mensalmente pelo INSS, conta essa que deverá capitalizar-se por pelo menos 10 anos, a partir de 1º de janeiro de 2008, com o objetivo de gerar recursos que venham, no futuro, reduzir o impacto do déficit previdenciário sobre as contas do Tesouro Estadual, buscando o atingimento do equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS. No período compreendido entre 2009 e 2014, os recursos creditados e acumulados nesta conta, desde a sua abertura, poderão ser utilizados para a finalidade exclusiva de pagamentos de benefícios previdenciários a cargo do FUNPREV, consoante autorização disposta no artigo 1º da Lei nº 11.474/09 e do artigo 20 da Lei nº 12.204/11, tendo sido utilizado entre os exercícios de 2009 e 2012 o valor de R\$ 731.394.898,68.

Receitas e Despesas dos Fundos Previdenciários

Nos quadros abaixo estão demonstradas as receitas arrecadadas e as despesas executadas do FUNPREV e do BAPREV durante o exercício de 2012, os valores orçados para 2013 e a estimativa para o exercício de 2014.

FUNPREV – Receitas e Despesas

	R\$ 1.000,00		
Receita	2012	2013	2014
Receitas Previdenciárias RPPS (exceto intraorçamentárias) (I)	1.120.110	1.014.108	1.128.798
Receita Corrente	1.120.110	1.014.108	1.130.798
Receita de Contribuições dos Segurados	825.213	870.498	940.138
Pessoal Civil	672.727	735.871	791.267
Pessoal Militar	152.486	134.627	148.871
Outras Receitas de Contribuições	0	0	0
Receita Patrimonial	23.122	10.600	10.648
Receita de Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	271.775	133.010	178.012
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	266.998	133.000	178.000
Outras	4.777	10	12
Receita de Capital	0	0	0
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
(-) Deduções da Receita	0	0	0
Receitas Previdenciárias RPPS - Intraorçamentárias (II)	1.453.755	1.429.512	1.510.314
Receita Corrente	1.453.755	1.604.604	1.732.973
Receita de Contribuições	1.453.755	1.604.604	1.732.973
Patronal	1.453.755	1.604.604	1.732.973
Pessoal Civil	1.198.165	1.359.227	1.461.634
Pessoal Militar	255.590	245.377	271.339
Cobertura de Déficit Atuarial	0	0	0
Regime de Débitos e Parcelamentos	0	0	0
Receita Patrimonial	0	0	0
Receita Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	0	0	0
Receita de Capital	0	0	0
(-) Deduções da Receita	0	(175.092)	(222.659)
Total das Receitas Previdenciárias (III) = (I + II)	2.573.865	2.443.620	2.639.112

continuação

Despesa	2012	2013	2014
Despesas Previdenciárias RPPS (exceto intraorçamentárias) (IV)	3.905.329	4.693.620	5.699.112
Administração	0	0	0
Despesa Corrente	0	0	0
Despesa de Capital	0	0	0
Previdência	3.905.329	4.693.620	5.699.112
Pessoal Civil e Militar	3.905.329	4.693.620	5.699.112
Outras Despesas Previdenciárias	0	0	0
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0	0	0
Demais Despesas Previdenciárias	0	0	0
Despesas Previdenciárias RPPS - Intraorçamentárias (V)	0	0	0
Administração	0	0	0
Despesa Corrente	0	0	0
Despesa de Capital	0	0	0
Total das Despesas Previdenciárias (VI) = (IV + V)	3.905.329	4.693.620	5.699.112
Resultado Previdenciário VII = (III - VI)	(1.331.464)	(2.250.000)	(3.060.000)
Aportes de Recursos para o RPPS	2012	2013	2014
Plano Financeiro	1.332.005	2.250.000	3.060.000
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	1.332.005	2.250.000	3.060.000
Recursos para Formação de Reserva	0	0	0
Outros Aportes para o RPPS	0	0	0
Plano Previdenciário	0	0	0
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0	0	0
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0	0	0
Outros Aportes para o RPPS	0	0	0
Total de Aportes para o RPPS	1.332.005	2.250.000	3.060.000
Reserva Orçamentária do RPPS	0	0	0
Bens e Direitos do RPPS	0	0	0

Fontes: Balanço Geral do Estado Exercício de 2012, Orçamentos 2013 e Estimativas 2014.

Nota: na compensação financeira do RPPS para o RPPS, ano 2012, além do valor arrecadado no exercício, está sendo registrado também o superávit financeiro de anos anteriores no valor de R\$ 81,9 milhões.

As contribuições do Estado e dos beneficiários foram as principais fontes de financiamento do FUNPREV em 2012, representando 57,61% das receitas. No entanto, em 2013, o orçamento prevê uma participação de 52,05%, e para 2014, estima-se uma diminuição para 46,30%. Para compensar a redução da receita própria do Fundo, o Tesouro vem aumentando o volume de repasse para cobertura do déficit, passando de 34,11% em 2012 para 47,94% em 2013, e estima-se 53,69% para 2014.

A previsão é que o Estado participe no financiamento dos benefícios previdenciários com a contribuição patronal e com repasses do Tesouro da ordem de 81,44% e 83,49% para os exercícios de 2013 a 2014,

respectivamente. As contribuições dos servidores ativos, inativos e pensionistas ainda mantêm-se com uma participação relativamente baixa, com percentuais inferiores a 20% para o financiamento do sistema.

BAPREV – Receitas e Despesas

	R\$ 1.000,00		
Receita	2012	2013	2014
Receitas Previdenciárias RPPS (exceto intraorçamentárias) (I)	161.793	118.950	124.897
Receita Corrente	161.793	118.950	124.897
Receita de Contribuições dos Segurados	93.526	98.950	103.897
Pessoal Civil	61.130	59.238	67.514
Pessoal Militar	32.396	39.712	36.383
Outras Receitas de Contribuições	0	0	0
Receita Patrimonial	68.266	20.000	21.000
Receita de Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	0	0	0
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0	0	0
Outras	0	0	0
Receita de Capital	0	0	0
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
(-) Deduções da Receita	0	0	0
Receitas Previdenciárias RPPS - Intraorçamentárias (II)	187.038	122.063	128.166
Receita Corrente	187.038	122.063	128.166
Receita de Contribuições	187.038	122.063	128.166
Patronal	187.038	122.063	128.166
Pessoal Civil	122.243	67.000	84.066
Pessoal Militar	64.795	55.063	44.100
Cobertura de Déficit Atuarial	0	0	0
Regime de Débitos e Parcelamentos	0	0	0
Receita Patrimonial	0	0	0
Receita de Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	0	0	0
Receita de Capital	0	0	0
(-) Deduções da Receita	0	0	0
Total das Receitas Previdenciárias (III) = (I + II)	348.831	241.013	253.063

continuação

Despesa	2012	2013	2014
Despesas Previdenciárias RPPS (exceto intraorçamentárias) (IV)	831	2.000	4.000
Administração	0	0	0
Despesa Corrente	0	0	0
Despesa de Capital	0	0	0
Previdência	831	2.000	4.000
Pessoal Civil e Militar	831	2.000	4.000
Outras Despesas Previdenciárias	0	0	0
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0	0	0
Demais Despesas Previdenciárias	0	0	0
Despesas Previdenciárias RPPS - Intraorçamentárias (V)	0	0	0
Administração	0	0	0
Despesa Corrente	0	0	0
Despesa de Capital	0	0	0
Total das Despesas Previdenciárias (VI) = (IV + V)	831	2.000	4.000
Resultado Previdenciário VII = (III - VI)	348.000	239.013	249.063
Aportes de Recursos para o RPPS	2012	2013	2014
Plano Financeiro	0	0	0
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0	0	0
Recursos para Formação de Reserva	0	0	0
Outros Aportes para o RPPS	0	0	0
Plano Previdenciário	0	0	0
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0	0	0
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0	0	0
Outros Aportes para o RPPS	0	0	0
Total de Aportes para o RPPS	0	0	0
Reserva Orçamentária do RPPS	0	0	0
Bens e Direitos do RPPS	0	0	0

Fontes: Balanço Geral do Estado Exercício de 2012, Orçamentos 2013 e Estimativas 2014.

Assim como no FUNPREV, as contribuições do patronal e dos servidores foram as principais fontes de financiamento do BAPREV em 2012, que representaram 80,43% das receitas deste Fundo. Para os anos de 2013 e 2014, está prevista uma participação de 91,71% e 91,67%, respectivamente. A partir de 2013, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 12.597/12, haverá redução da contribuição patronal ao BAPREV, passando de 24% para 15%.

Importante ressaltar que a totalidade da despesa do Funprev e do Baprev é com o pagamento de inativos e pensionistas, uma vez que as despesas correntes e de capital destes Fundos foram consignados no orçamento da Secretaria da Administração a partir do advento da Lei nº 10.955/07.

Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

FUNPREV

R\$ 1,00

Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a - b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d exercício anterior + (c))
2012	2.573.865	3.905.329	(1.331.464)	(1.331.464)
2013	2.443.620	4.693.620	(2.250.000)	(3.581.464)
2014	2.639.112	5.699.112	(3.060.000)	(6.641.464)
2015	2.850.241	7.011.841	(4.161.600)	(10.803.064)
2016	3.078.261	8.738.037	(5.659.776)	(16.462.840)

Fontes: Balanço Geral do Estado Exercício de 2012, Orçamentos 2013 e Estimativas 2014, 2015 e 2016.

Nota: projeção atuarial elaborada em 31/12/2012.

BAPREV

R\$ 1,00

Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a - b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d exercício anterior + (c))
2012	348.830	831	347.999	347.999
2013	241.013	2.000	239.013	587.012
2014	253.063	4.000	249.063	836.075
2015	265.716	8.000	257.716	1.093.791
2016	279.002	14.000	265.002	1.358.793

Fontes: Balanço Geral do Estado Exercício de 2012, Orçamentos 2013 e Estimativas 2014, 2015 e 2016.

Nota: projeção atuarial elaborada em 31/12/2012

Avaliação Atuarial dos Fundos Previdenciários

A avaliação atuarial é um estudo técnico baseado em levantamento de dados estatísticos em que se busca mensurar os recursos necessários à garantia dos benefícios oferecidos pelo sistema de previdência. O exercício se fundamenta na adoção de premissas, hipóteses de ocorrências admissíveis e variáveis a ponderar, que sensibilizam os resultados e, tudo isso, projetado para um horizonte de 30 anos.

Nas previsões, dentre os principais elementos, leva-se em conta a legislação vigente, benefícios admissíveis, massa de segurados, expectativas de vida e, usualmente, as seguintes variáveis de ponderação: tábua de mortalidade, tábua de invalidez, taxa de *turn-over*, previsibilidade de crescimento real do salário, inexistência de solidariedade de gerações no financiamento dos benefícios, arbitramento de uma idade para início dos trabalhos, taxa real de retorno na aplicação do patrimônio financeiro e indexador do sistema atuarial. Ao final, o que se tem é uma previsão que expressa o montante, em valor presente, do que o sistema previdenciário deveria ter em caixa para saldar de uma só vez todo o estoque de benefícios existentes.

Os quadros seguintes apresentam a posição, em 31/12/2012, da provisão matemática de benefícios do FUNPREV e do BAPREV, respectivamente.

Provisão Matemática de Benefícios
Posição em 31/12/2012

FUNPREV

R\$ 1.000,00

Benefício	Nº de beneficiários	Valor mensal do benefício	Provisão matemática
Benefícios já concedidos	104.713	297.523	72.367.960
Aposentadorias	84.508	255.310	61.937.078
Pensão por morte	20.205	42.213	1.430.882
Benefícios a conceder	116.033	450.320	37.157.842
Aposentadorias e Pensões	116.033	450.320	37.157.842
Total do Passivo Atuarial	-	-	109.525.802

Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial – ETA - Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda.

BAPREV

R\$ 1.000,00

Benefício	Nº de beneficiários	Valor mensal do benefício	Provisão matemática
Benefícios já concedidos	35	64	13.614
Pensão por morte	33	62	13.271
Aposentadorias	2	2	343
Benefícios a conceder	21.968	59.735	197.995
Aposentadorias e Pensões	21.968	59.735	197.995
Total do Passivo Atuarial	-	-	211.609

Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial – ETA - Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda.

O Fundo de Previdência é representado pelo valor patrimonial acumulado para fazer frente aos pagamentos dos benefícios já concedidos e a conceder. O Funprev e o Baprev apresentavam, em 31/12/2012, respectivamente, a situação descrita nos quadros seguintes.

FUNPREV

R\$ 1.000,00

Item	Valor
Fundo de Previdência	82.955
Provisão Matemática	109.525.804
Déficit Técnico Total	(109.442.849)

Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial – ETA - Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda.

BAPREV

R\$ 1.000,00

Item	Valor
Fundo de Previdência	743.417
Provisão Matemática	211.610
Superávit Técnico Total	531.807

Fonte: Relatórios gerenciais da Digef
Relatório de Avaliação Atuarial – ETA - Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda.

A reserva matemática representa o montante de recursos necessários para manutenção dos benefícios aos níveis atuais de contribuição. Diante da existência de déficit técnico, a sua cobertura deverá ser feita ao longo do tempo, através das contribuições dos beneficiários, da contribuição patronal e por aportes adicionais do Tesouro, em valores crescentes, o que já vem ocorrendo com o FUNPREV, conforme demonstrado no quadro de receita e despesa dos fundos previdenciários, sob o título Repasses do Tesouro Estadual.

ANEXO II – F1
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014
DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
METAS ANUAIS
(Art. 4º, § 2º, inciso V da LC nº 101/00)

Tributo	Modalidade	Programa	2014	2015	2016	Compensação *
ICMS	Crédito presumido	Informática	3.904	4.098	4.303	
ICMS	Crédito presumido	FazBahia	18.030	18.932	19.878	
ICMS	Crédito presumido	Programa de Desenvolvimento do Algodão - Proalba	18.723	19.659	20.642	
ICMS	Financeiro e crédito presumido	Programa Automotivo da Bahia - Proauto	909.495	954.970	1.002.718	
ICMS	Crédito presumido e redução da base de cálculo	Outros de Natureza Fiscal	85.822	90.113	94.619	
ICMS	Dilatação de pagamento e financeiro	Programa de Desenvolvimento Industrial e Integração Econômica do Estado da Bahia - Desenvolve	1.907.157	2.002.515	2.102.641	
Total			2.943.130	3.090.287	3.244.801	

Notas:

1. O cálculo teve como parâmetro a renúncia prevista e efetiva de 2012;
2. Para o Desenvolve, considerou-se a média de renúncia por empresa no 3º quadrimestre de 2012 mais um incremento relacionado ao número de empresas beneficiárias deste programa, que se tornou a principal ferramenta de atração e ampliação de empresas industriais do Estado;
3. Para o Proauto, tomou-se a renúncia da principal empresa beneficiária do programa em 2012 em que operou, praticamente, na sua capacidade plena, e projetou-se um crescimento de 5% para os próximos anos, relacionado às vendas no mercado nacional, uma vez que não há renúncia nas exportações;
4. Para os anos seguintes a 2013, considerou-se um incremento anual de 5%.

Com relação às medidas de compensação à renúncia de receita, vale ressaltar que, na estimativa das receitas orçamentárias para o exercício de 2014, estas renúncias já foram expurgadas para o cálculo dos tributos correspondentes e, desse modo, não se observará impacto na receita.

Quanto à compensação para as despesas obrigatórias de caráter continuado, esta se dará pela ampliação da base de cálculo refletida pelo crescimento real da atividade econômica, cujo cálculo está explicitado no Anexo II – F2 das Metas Anuais desta proposta.

ANEXO II – F2
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014
DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS
OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
METAS ANUAIS
(Art. 4º, § 2º, inciso V da LC nº 101/00)

Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

R\$ 1.000,00

Evento	Valor Previsto 2014
Aumento Permanente da Receita	1.198.547
<i>(-) Aumento referente a transferências constitucionais</i>	299.637
<i>(-) Aumento referente a transferências do Fundeb</i>	179.782
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	719.128
Margem Bruta (II) = (I)	719.128
Saldo Utilizado da Margem Bruta (III)	716.965
<i>Impacto de novas despesas obrigatórias de caráter continuado</i>	211.593
<i>Impacto do aumento do salário mínimo</i>	505.372
Margem Líquida de Expansão de DOCC (IV) = (II) - (III)	2.163

Fonte: Seplan / Saeb

Como exigência introduzida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, essa estimativa busca assegurar que nenhuma despesa classificada como obrigatória de caráter continuado seja criada sem a devida fonte de financiamento responsável por sua integral cobertura. Conforme o art. 17 da referida Lei, considera-se despesa obrigatória de caráter continuado aquela de natureza corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixe para o Estado a obrigação de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Para o exercício de 2014, a referida cobertura ocorrerá pelo aumento permanente de receita, considerando o crescimento real da atividade econômica refletido diretamente na arrecadação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

Para esta apuração foram considerados: como taxa de crescimento esperada para o PIB/Ba, 4,4%, e como expectativa de inflação média, 5,1%. A margem para cobertura obtida, excluídas as transferências obrigatórias, foi de R\$ 719,1 milhões.

Considerando R\$ 505,4 milhões como impacto relativo ao aumento do salário mínimo e R\$ 211,6 milhões relativo a novas despesas de pessoal, obtém-se um saldo líquido de R\$ 2,2 milhões, conforme demonstrado no quadro acima.